NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 12/Jan

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2907/2023

LEI ANTICALOTE NACIONAL É PEDIDA AO MINISTRO DO TRABALHO

LIDERANÇAS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES (CNTV) E SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF (SINDESV-DF) SÃO RECEBIDAS PELO MINISTRO DO TRABALHO, LUIZ MARINHO.

O Ministro do Trabalho Luiz Marinho recebeu na tarde desta terça-feira, 10 de janeiro, dirigentes da CNTV – Confederação Nacional dos Vigilantes (Deputado Distrital Chico Vigilante - PT/DF, José Boaventura – Presidente/BA, Claudio José/RJ e Paulo Quadros/DF, além de dirigentes do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal. As lideranças entregaram um documento ao Ministro pedindo que encaminhe ao Presidente Lula uma proposta de Medida Provisória determinando a retenção mensal pelos contratantes de serviços terceirizados das verbas rescisórias (férias, 13º salário e multa rescisória) devidas aos trabalhadores.

Se acatada a medida amplia para todos os trabalhadores vinculados a empresas por governos Estaduais, Prefeituras, empresas públicas e privadas de todo o país. As regras

e garantias de direitos trabalhistas para os terceirizados já valem para os trabalhadores vinculados a empresas contratadas pelo Governo Federal, pelo Judiciário Federal e pelos Governos do Distrito Federal, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte e funciona da seguinte forma:

- Da fatura mensal devido a empresa terceirizada contratada, cerca de 25% é retido e depositado numa conta vinculada e bloqueada para movimentação, sendo liberado somente quando a empresa comprova o pagamento de 13º, férias e verbas rescisórias;

Onde foi implantado a medida salvaguardou o direito de milhares de trabalhadores, bem como o erário, uma vez que este deixou de responder na justiça no lugar das empresas contratadas.

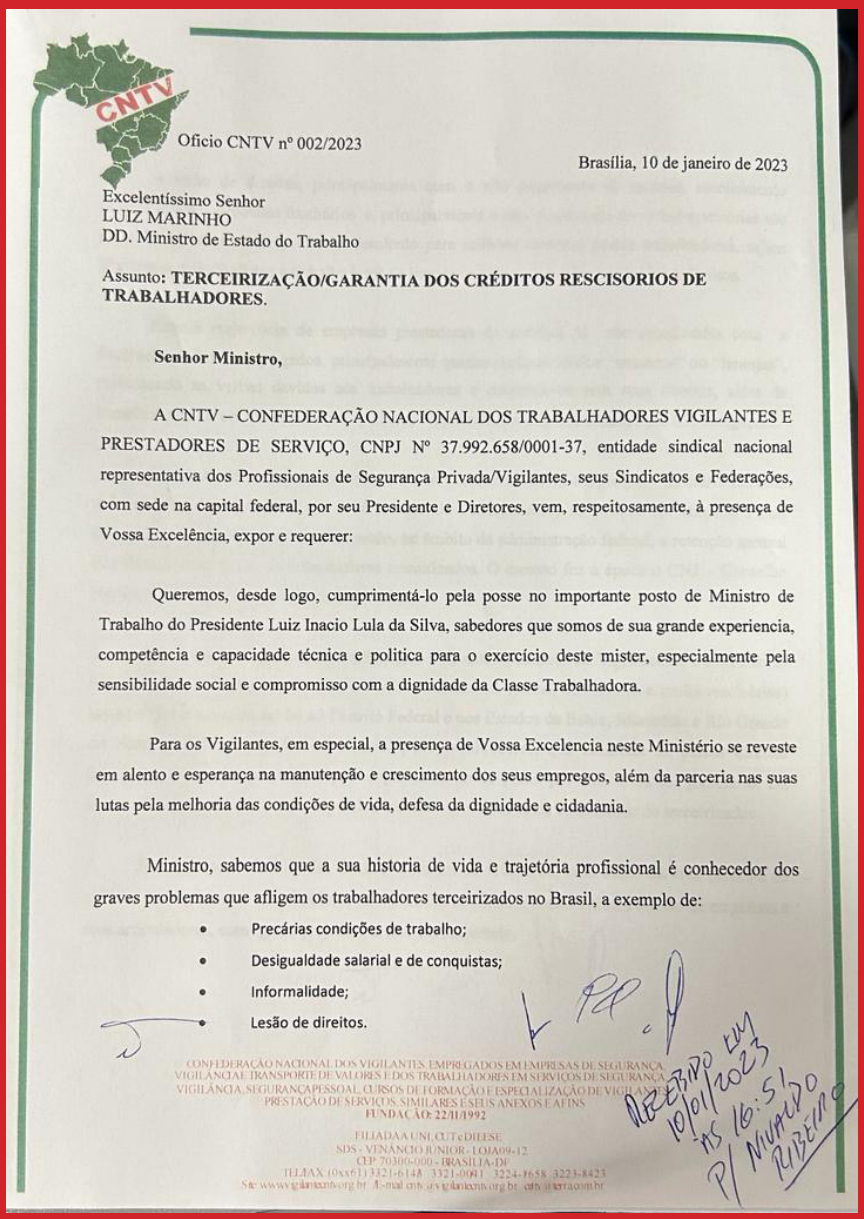
No governo Federal a medida foi resultado de uma luta dos Vigilantes, liderada pela CNTV e Sindicatos de luta ainda no segundo governo Lula (2008), seguido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça e demais órgão do judiciário federal, na gestão do Ministro Joaquim Barbosa no Conselho e STF e convertida em leis resultantes estaduais a partir de projetos apresentados por Deputados amidos dos Vigilantes, aprovados nas respectivas Assembleias Legislativas e sancionadas pelos Governos do Distrito Federal (Agnelo Queiroz/PT), Bahia (Jaques Wagner/PT), Maranhão (Flavio Dino/PCdoB) e Rio Grande do Norte (Fátima Bezerra/PT).

O Ministro, que já foi dirigente sindical e conhece o drama dos terceirizados, recebeu o documento e o pedido da CNTV, encaminhando para estudo ez prometeu resposta breve.

Para a CNTV o calote é um dos principais dramas dos Vigilantes e dos milhões de trabalhadores terceirizados que prestam serviços a órgãos públicos, bancos, shoppings, comercio, indústria, condomínios, entre outros. A proteção dos seus direitos é uma questão de justiça e humanidade.

Vigilante e trabalhador terceirizado: esta luta é nossa. Esta luta é sua!

Fonte: CNTV/Sindesv/DF



CNTV

Ofício CNTV nº 002/2023

Brasília, 10 de janeiro de 2023

Excelentíssimo Senhor
LUIZ MARINHO
DD. Ministro de Estado do Trabalho

Assunto: **TERCEIRIZAÇÃO/GARANTIA DOS CRÉDITOS RESCISORIOS DE TRABALHADORES.**

Senhor Ministro,

A CNTV – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES E PRESTADORES DE SERVIÇO, CNPJ Nº 37.992.658/0001-37, entidade sindical nacional representativa dos Profissionais de Segurança Privada/Vigilantes, seus Sindicatos e Federações, com sede na capital federal, por seu Presidente e Diretores, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer:

Queremos, desde logo, cumprimentá-lo pela posse no importante posto de Ministro de Trabalho do Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, sabedores que somos de sua grande experiencia, competência e capacidade técnica e politica para o exercício deste mister, especialmente pela sensibilidade social e compromisso com a dignidade da Classe Trabalhadora.

Para os Vigilantes, em especial, a presença de Vossa Excelencia neste Ministério se reveste em alento e esperança na manutenção e crescimento dos seus empregos, além da parceria nas suas lutas pela melhoria das condições de vida, defesa da dignidade e cidadania.

Ministro, sabemos que a sua historia de vida e trajetória profissional é conhecedor dos graves problemas que afligem os trabalhadores terceirizados no Brasil, a exemplo de:

- Precárias condições de trabalho;
- Desigualdade salarial e de conquistas;
- Informalidade;
- Lesão de direitos.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS
FUNDAÇÃO: 22/11/1992

FILIADA A UNI, CUT e DIEESE
SDS - VENÂNCIO JUNIOR - LOJA 09-12
CEP 70300-000 - BRASÍLIA-DF
TEL/FAX (0xx61) 3321-6148 / 3321-0041 / 3224-1658 / 3223-8423
Site: www.vigilantescnt.org.br / E-mail: cntv@vigilantescnt.org.br / cntv@terra.com.br

RECEBIDO EM 10/01/2023 ÀS 16:51 P/ NUALDO RUBENS

PLANTÃO OLHO VIVO
SINDESV-DF
Filiado: CUT DIEESE CNTV
SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF
Janeiro/2023

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES (CNTV) SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF, (SINDESV-DF) E O DEPUTADO CHICO VIGILANTE SÃO RECEBIDOS PELO MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CARLOS LUPI.

ASSUNTO: APOSENTADORIA ESPECIAL DOS VIGILANTES

Na manhã desta terça-feira, 10 de janeiro de 2023, o presidente da CNTV, José Boaventura, o presidente do SINDESV-DF, Paulo Quadros, o deputado Chico Vigilante, o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói Cláudio e os advogados do SINDESV-DF, Dr. Jonas Duarte e o Dr. Sérgio Marinho foram muito bem recebidos pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi para falar sobre a aposentadoria especial.

OFÍCIO COM EXPLANAÇÕES SOBRE A APOSENTADORIA ESPECIAL

Em ofício assinado por José Boaventura dos Santos, Cláudio José de Oliveira, Francisco Paulo de Quadros e Chico Vigilante, representando a Confederação Nacional dos Vigilantes, e entregue ao Ministro Carlos Lupi, foi explanada todas as dificuldades relacionadas às legislações vigentes que nos obrigam a entrar com ação contra o INSS para obter a aposentadoria especial dos vigilantes. Esses processos duram em média seis anos e traz alto custo ao Instituto de Previdência Social. Foram citadas todas as leis, súmulas, decretos e outras legislações acerca da atividade de segurança privada, em minucioso estudo feito pela CNTV e, ao final do ofício solicitamos o seguinte ao ministro:

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS AO FINAL DO OFÍCIO

"a) criação de uma câmara ou/e instancia no âmbito do INSS administrativa em parceria com o Conselho Nacional de Justiça CNJ para estudos de temas recorrente no âmbito do Direito Previdenciário, especialmente aqueles pacificados pela jurisprudência dos Tribunais, devendo ser atualizado periodicamente;

b) A conclusão deste estudo resultaria em temas e súmulas de entendimento e sobre os quais o INSS e seus procuradores acatariam, sem necessidade de milhões de recursos judiciais, trazendo economia para a Autarquia e para o Poder Judiciário".

Esta foi uma reunião inicial e outras acontecerão, o importante é que agora temos um canal e as portas abertas para negociar essa questão tão importante para os vigilantes que é a aposentadoria especial, atacada na reforma da Previdência e que motivou uma grande luta à época no Senado Federal para tirar do texto da reforma a proibição da aposentadoria especial para os vigilantes e outras categorias em atividade periculosa.

LUTA NAS INSTÂNCIAS

Desde então, a situação está indefinida no STF - Supremo Tribunal Federal, aguardando parecer do tema 1209 pelo relator e ministro Nunes Marques. Além disso, em fevereiro, estaremos no Senado Federal defendendo o projeto que tramita naquela Casa e, desde já estamos buscando o apoio do Governo Federal em defesa da aposentadoria especial dos vigilantes. Mas, através do nosso departamento jurídico, temos obtido êxito com importantes vitórias em nossas ações na Justiça com muitos vigilantes se aposentando na especial.

Agradecemos a boa acolhida que tivemos pelo ministro Carlos Lupi e assim que as conversas forem acontecendo, informaremos a categoria.

SECURITY SEGURANÇA SUBMETE VIGILANTES A SITUAÇÃO DEPLORÁVEL!

A fiscalização sindical do nosso SINDVIGILANTES/BA detectou na Cidade de Boninal-BA à 529 km de Salvador, uma situação deplorável onde mais de 50 vigilantes, que atuam no canteiro de obras da Andrade Gutierrez pela empresa SECURITY SEGURANÇA, sediada em Lauro de Freitas, sofrem diariamente.

São vigilantes que tiram do próprio bolso o deslocamento para trabalhar, chegam a dormir no chão, em locais impróprios, nem mesmo adequação para suprir suas necessidades básicas, são funcionários que residem em outras cidades, que se deslocam por horas nas estradas.

As imagens são mais que suficientes para atestar a situação de abandono que a empresa submeteu nossos companheiros.

Completa vergonha!

Nós do Sindivigilantes-BA estamos tomando as medidas necessárias para erradicar tamanha barbaridade. Lutamos e defendemos os nossos vigilantes contra todos que tentam destruir nossos direitos, nosso compromisso é forte e permanente!

Quem não luta por seus direitos, não é digno deles.

SINDVIGILANTES/BA

SINDVIGILANTES/AL

Filiado à **CUT** **CNTV-PS FIVABS** e **DIEESE** CNPJ.
11.918.117/0001-74

End. Rua, General Hermes, nº 371, Centro, Maceió-AL
Fone: 82 (3223-3379 / 3223-3962

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do **SINDVIGILANTES/AL** - convoca os Vigilantes das empresas **Vital segurança** e **Tigre Vigilância**, que trabalham nas unidades de saúde pertencente a **SESAU**, para se fazerem presentes na Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada nas datas de 12 e 13 de janeiro de 2023, (quinta e sexta feira), as 08:00 hs, no Auditório do **SINDVIGILANTES/AL**, com endereço na Rua, General Hermes, nº 371, Centro, Maceió-Al, quando deverá ser discutida a seguinte pauta:

Atraso de salários e 13º salário

José Cícero Ferreira da Silva
Presidente

RIO DE JANEIRO

Sindicato denuncia empresa realizando vigilância na Rodoviária de Petrópolis irregularmente

Toda segurança fica comprometida quando se contrata empresas clandestinas para exercer a função da vigilância do local e do patrimônio. Por isso, o Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região apresentou denúncia junto à Delegacia da Polícia Federal em Nova Iguaçu contra a Sinart – empresa que administra o Terminal Governador Leonel Brizola, a Rodoviária de Petrópolis.

O documento denuncia que a Sinart vem contratando vigias para realizar a função de vigilante patrimonial executando rondas, vigilância, segurança e preservação do local.

Os funcionários contratados para exercer a segurança de forma clandestina utilizam fardamento tático da empresa Forte Bruno Pires para realizar o trabalho de vigilante.

Acontece que a lei determina que a realização de vigilância patrimonial deve ser feita por empresas devidamente cadastradas junto à Polícia Federal e com profissionais vigilantes que detém a Carteira Nacional do Vigilante reconhecida também pela Polícia Federal, após passar por qualificação para exercer a função.

"A contratação de empresa irregular para serviços de vigilância coloca em risco a segurança dos usuários, do patrimônio e do ente público. Além disso, contratar profissionais vigias no lugar de vigilante desqualifica o trabalho e tira emprego de dezenas de vigilantes que fizeram cursos e mais cursos para exercer a profissão", afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região

Vigia não tem direito a adicional de periculosidade de 30% pago a vigilantes

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um vigia da Novatec Construções e Empreendimentos Ltda., que pretendia receber o adicional de periculosidade no percentual de 30% sobre o salário, concedido aos vigilantes. Segundo a Turma, as atividades de vigia não se equiparam às de vigilante no que se refere ao pagamento do adicional porque não se inserem no conceito de segurança pessoal ou patrimonial de que trata o Anexo 3 da Norma Regulamentadora 16 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O vigia alegou que se expunha a roubos e outras espécies de violência física, nos termos do artigo 193 da CLT e do Anexo 3 da NR-16. Ele recorreu ao TST contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) que negou o adicional. De acordo com o TRT, os dispositivos indicados por ele dizem respeito exclusivamente aos serviços de vigilância, que possui regulamentação própria (Lei 7.102/83). Não exercendo a função de vigilante, e sim de vigia, o empregado não estaria amparado pela lei, não fazendo, assim, jus ao adicional.

A relatora do recurso de revista do vigia, ministra Kátia Magalhães Arruda, explicou as diferenças entre os dois profissionais. Ela esclareceu que, segundo o artigo 193 da CLT, as atividades de segurança pessoal ou patrimonial são consideradas perigosas na forma da regulamentação aprovada pelo MTE, e o parágrafo 3º do dispositivo cita expressamente a de vigilante.

A ministra assinalou que o exercício da atividade de vigilante depende de requisitos específicos, como idade mínima de 21 anos, prévia aprovação em curso de formação profissional supervisionado pela Polícia Federal e em exame de saúde física, mental e psicotécnico, entre outros. “Por outro lado, o vigia desempenha funções de asseio e conservação, cujo exercício, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do MTE, requer apenas a conclusão do ensino fundamental”, ressaltou.

A decisão foi unânime.

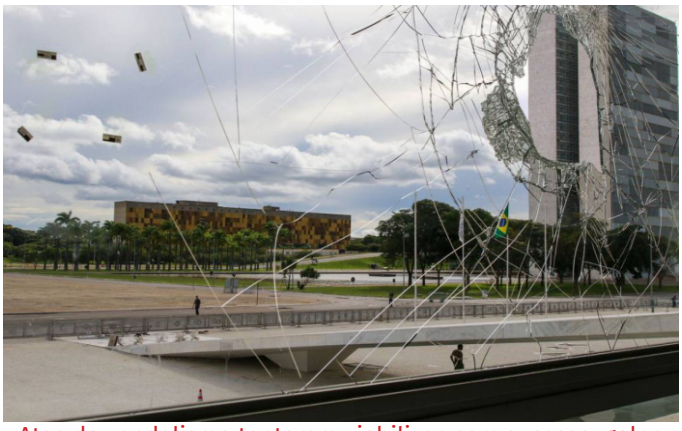
(Lourdes Tavares/CF)

Processo: RR-480-86.2015.5.06.0251

Fonte: secom@tst.jus.br / Com informações do Tribunal Superior do Trabalho

Maioria considera Bolsonaro responsável pelos ataques aos três poderes em Brasília

Datafolha: 93% condenam ataques golpistas, e maioria defende prisões. Para 55% atos de vandalismo têm influência do ex-presidente fascista. Para 64%, presidente Lula irá conter novos atos



Atos de vandalismo tentaram viabilizar, sem sucesso, golpe contra a democracia no país

Jair Bolsonaro (PL) é considerado o responsável pelos ataques golpistas em Brasília por 55% da população, segundo pesquisa Datafolha, divulgada nessa quarta-feira (11). Os brasileiros com essa opinião se dividem entre os que acham que o ex-presidente teve muita responsabilidade (38%) e os que consideram que teve um pouco (17%). Para 39%, ele não teve nenhuma responsabilidade nos ataques; 6% não sabem responder.

Bolsonaro disse em rede social que depredações "fogem à regra" da democracia e comparou o atentado a protestos da esquerda, em meio à discussão de que insuflou a rebelião por ter indicado apoio a manifestações de apoiadores diante de quartéis e jamais ter reconhecido abertamente a derrota eleitoral.

O levantamento do instituto mostra ainda que 45% das pessoas concordam com a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que Bolsonaro (a quem se referiu como "genocida") estimulou os atos violentos. Desses, 34% concordam totalmente com o petista, e 11% o fazem apenas em parte.

Manifestações golpistas

A maioria dos brasileiros acredita que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá conter qualquer escalada nas manifestações golpistas contra sua posse e governo. Para 64%, o petista tem condições de fazê-lo, enquanto 29% acham que ele irá fracassar no intento.

A pesquisa do Datafolha foi feita na terça (10) e quarta (11), na esteira da explosão de vandalismo e violência que se abateu no centro do poder federal no domingo (8), com ampla depredação das principais sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário. Mais de mil pessoas seguem presas.

Não souberam avaliar a capacidade de Lula ante novos atos 6%. A totalização dos dados não chega a 100% porque há arredondamentos

Com efeito, entre os eleitores de Lula, a crença em que ele vá conter o golpismo futuro é de 87%, índice que cai a 36% quando são ouvidos aqueles que votaram em Bolsonaro em outubro passado.

A imensa maioria dos brasileiros repudia os ataques golpistas ao coração dos três Poderes em Brasília. Segundo o Datafolha, 93% são contra a ação, enquanto 3% se dizem favoráveis a ela.

O instituto ouviu 1.214 pessoas com mais de 16 anos, ou seja, aptas a votar, na terça (10) e nesta quarta (11), em pesquisa telefônica por todo o Brasil. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou menos.

Com informações da Folha de SP

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF